



AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ – AFAP

Concurso Público para provimento de cargos Analista de Fomento Crédito

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Língua Portuguesa
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos ou máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

[Vocação de professor]

Escritor nas horas vagas, sou professor por vocação e destino. “A quem os deuses odeiam, fazem-no pedagogo”, diz o antigo provérbio; assim, pois, dando minhas aulas há tantos anos, talvez esteja expiando algum crime que ignoro, cometido porventura alguma existência anterior. Apesar disso, não tenho maiores queixas de um ofício que, mantendo-me sempre no meio dos moços, me dá a ilusão de envelhecer menos rapidamente do que aqueles que passam a vida inteira entre adultos solenes e estereotipados.

Outra vantagem da minha profissão principal é fornecer material copioso para a profissão acessória. Se fosse ficcionista, que mina não teria à mão no mundo da adolescência, mina ainda insuficientemente explorada e cheia de tesouros! Mas, como não sou ficcionista, utilizo-me desse cabedal apenas para observação e reflexão; às vezes o aproveito na algum monólogo inócuo, como este.

(Adaptado de: RÓNAI, Paulo. **Como aprendi o Português e outras aventuras**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014, p. 109)

1. Na condição de *professor por vocação e destino*, o autor se vê como
 - (A) um velho pedagogo odiado pelos deuses, que está se redimindo dos defeitos que demonstrou na condução de sua carreira profissional.
 - (B) alguém que está envelhecendo na benfazeja companhia de jovens cujo universo, além de tudo, poderia propiciar-lhe farta matéria para a arte da ficção.
 - (C) um escritor a quem o destino brindou com o talento da boa pedagogia, fazendo justiça a quem os deuses prezam pelo exercício dessa qualidade.
 - (D) um profissional dividido, uma vez que a pedagogia e a arte literária constituem um campo de disputas inconciliáveis entre ficção e ensino.
 - (E) alguém a quem foi reservado tanto o privilégio da criação literária como o gosto pela avaliação crítica dos resultados dessa criação.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *fazem-no pedagogo* (1º parágrafo) = incentivam-no a ser um educador.
 - (B) *expiando algum crime que ignoro* (1º parágrafo) = focalizando algum deslize insuspeito.
 - (C) *cometido porventura* (1º parágrafo) = desempenhado afortunadamente.
 - (D) *fornecer material copioso* (2º parágrafo) = implementar objetiva medida.
 - (E) *utilizo-me desse cabedal* (2º parágrafo) = lanço mão dessa riqueza.

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) No exercício da dupla função de professor e escritor, o autor do texto avalia que as vantagens que lhe decorrem da primeira poderiam ser úteis para a segunda.
 - (B) Tanto têm vantagens a profissão de escritor como de pedagogo, razão por quê sente-se o escritor como uma criatura a quem não faltam o dote dos privilégios.
 - (C) Fosse o autor do texto tão-somente um professor, não haveria de passar por sua cabeça as tentações de promover suas experiências pedagógicas as de um criador de literatura.
 - (D) Não deixam de ser irônicas, no primeiro parágrafo, que as observações feitas sobre o desprezo dos deuses venha a atingir uma classe nobre como a dos pedagogos.
 - (E) O autor admite ser possível que, por eventuais pecados seus, possa ser expiado por conta deles, exercendo contudo um magistério que não conta com o respeito dos deuses.

4. Há emprego de voz passiva e adequada articulação entre tempos e modos verbais na frase:
 - (A) Não lhe havendo estendido os deuses outra pena, o autor teria de amargar a condição de pedagogo.
 - (B) Se quisesse se valer de sua condição de professor, o escritor poderá ter aproveitado seu convívio com os jovens.
 - (C) Caso fosse dada ao professor a oportunidade da criação literária, proveitoso material é que não lhe faltaria.
 - (D) Uma vez que lhe coubesse aproveitar melhor a companhia dos jovens, o autor terá sabido convertê-la em ficção.
 - (E) Havendo desprezado o ódio dos deuses, ao professor coubera redimir-se de algum modo no exercício desse ofício.

5. Para integrar adequadamente a frase dada, o verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma
 - (A) do plural em **Bem (poder) caber ao professor o exercício dos dotes de um talentoso escritor.**
 - (B) do plural em **Não (chegar) aos seus ouvidos de professor qualquer recriminação por parte dos jovens alunos.**
 - (C) do singular em **De todos os castigos que lhe (ocorrer) nenhum poderia ser o da carreira de pedagogo.**
 - (D) do singular em **Dos talentos que lhe (caber) desenvolver, o de professor foi o mais bem-sucedido.**
 - (E) do singular ou do plural, indiferentemente, em **O fato de (haver) tantas profissões permite boas escolhas.**



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Beleza e propaganda]

A crescente padronização do ideal de beleza feminina foi um dos efeitos imprevistos da popularização da fotografia, das revistas de grande circulação e do cinema a partir do início do século XX. Não é à toa que esse movimento coincide com a decolagem e vertiginosa ascensão da indústria da beleza (hoje um mercado com receita global acima de 200 bilhões de dólares). Como vender “a esperança dentro de um pote?”

As estratégias variam ao infinito, porém a mais diabólica e (possivelmente) eficaz dentre todas – verdadeira premissa oculta do marketing da beleza – foi explicitada com brutal franqueza, em 1953, pelo então presidente da megavarejista de cosméticos americana Allied Stores: “O nosso negócio é fazer as mulheres infelizes com o que têm”.

O atígar cirúrgico da insegurança estética e a exploração metódica das hesitações femininas no universo da beleza abrem as portas ao infinito. Os números e lucros do setor reluzem, mas quem estimará a soma de todo o mal-estar causado pelo massacre diuturno de um padrão ideal de beleza?

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 104-105)

6. O autor do texto se posiciona claramente contra
- (A) os efeitos nocivos da propaganda, quando se vale de recursos das artes tradicionais para vender produtos de grande significação social.
 - (B) as teses idealistas acerca do que seja o belo, que propagam modelos estéticos ligados a um passado clássico que hoje não guardam qualquer sentido.
 - (C) a exploração comercial de produtos ligados à estética feminina, como os cosméticos, que ele julga perverter o padrão ideal de beleza.
 - (D) a disseminação de padrões de beleza inatingíveis que atendem a um ávido interesse econômico e acarretam infelizes obsessões às mulheres.
 - (E) a reprodução de modelos de beleza que levam as mulheres a encontrar em si mesmas uma fonte de prazer sem qualquer relevância social.
-
7. A estratégia exposta com *brutal franqueza* pelo presidente da Allied Stores (2º parágrafo) consiste em admitir que
- (A) a indução a um sentimento de insuficiência e de mal-estar nas mulheres é o método próprio da indústria da beleza.
 - (B) os insistentes gastos das mulheres com produtos de beleza dão origem aos altos investimentos desse setor industrial.
 - (C) um mau negócio seria provocar nas mulheres alguma obsessão por um ideal de beleza que não têm como atingir.
 - (D) um bom negócio implica sempre uma satisfação objetiva dos anseios dos clientes, despertados por um produto.
 - (E) a ansiedade feminina deve ser canalizada para os produtos que efetivamente possam satisfazer a mulher de imediato.
-
8. O autor do texto explora com alguma frequência expressões com clara **oposição** de sentido, tal como ocorre entre
- (A) *crescente padronização e popularização da fotografia*.
 - (B) *coincide com a decolagem e vertiginosa ascensão*.
 - (C) *premissa oculta e brutal franqueza*.
 - (D) *variam ao infinito e a mais diabólica*.
 - (E) *insegurança estética e hesitações femininas*.
-
9. Uma nova redação na qual se mantêm a correção, a clareza e o sentido da frase **A exploração metódica das hesitações femininas abre as portas ao infinito** apresenta-se na seguinte versão:
- (A) Uma vez que se abra, as portas da exploração metódica tornam-se infinitas ao que há de hesitante nas mulheres.
 - (B) Conquanto hajam hesitações femininas, a exploração metódica destas portas podem ser infinitas.
 - (C) Os titubeios femininos visam à abrir as portas ao infinito para sua exploração metódica.
 - (D) Abrem-se infinitamente as portas das dúvidas femininas quando explorado com método.
 - (E) São portas para o infinito as que abre a exploração sistemática das inseguranças femininas.
-
10. É plenamente regular o emprego das formas sublinhadas na frase:
- (A) Compara-se os atrativos dos cosméticos para com a “esperança dentro de um pote”.
 - (B) Associam-se os atrativos dos cosméticos à “esperança dentro de um pote”.
 - (C) Aproximam-se o que há de atrativo nos cosméticos diante da “esperança dentro de um pote”.
 - (D) Podem equiparar-se a atração dos cosméticos como uma “esperança dentro de um pote”.
 - (E) Estabeleceu-se no texto os nexos dos cosméticos à uma “esperança dentro de um pote”.

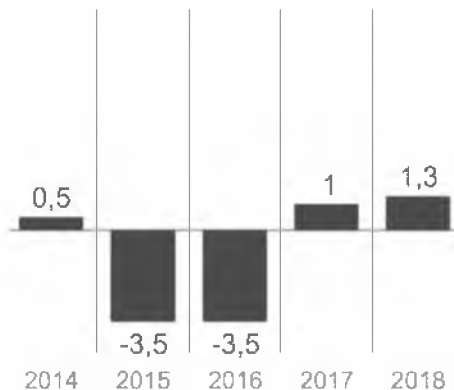


CONHECIMENTOS GERAIS

Atualidades

11. Observe o gráfico abaixo para responder à questão.

Brasil: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em %



(Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/> – Adaptado)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a economia brasileira permitem afirmar que o PIB

- (A) em 2017 começou a se recuperar da queda dos anos anteriores devido ao forte impulso do agronegócio e ao início da retomada do consumo das famílias, que esteve em baixa nos anos anteriores.
- (B) dos anos de 2015 e 2016 foi resultado de uma conjunção de fatores, como as crises geopolíticas internacionais e os problemas ambientais que provocaram quebras recordes na agropecuária, principal elemento do PIB.
- (C) em 2016 mostrou o início de um período de recessão econômica que teve impacto sobre o setor de comércio e de serviços, mas não chegou a gerar crise nos setores da indústria e da administração pública.
- (D) em 2017 e 2018 apresentou crescimento robusto e possibilitou ao governo brasileiro honrar os compromissos financeiros assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos anteriores.
- (E) dos anos de 2014 a 2016 foram reflexos das baixas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central e que somente passaram a ser corrigidas a partir de meados do ano de 2017.
-
12. Em 2017 quando o movimento #MeToo foi formalmente lançado, as notícias se sucediam a toda velocidade, e carreiras inteiras desmoronavam. Pouco a pouco, 12 meses depois, os detalhes escabrosos foram dando lugar à reflexão. Agora, esse movimento (# MeToo) começa a ser o que sempre desejou. Um diálogo de todos como sociedade. Uma enorme mudança cultural.

(Texto adaptado. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/actualidad/1538678547_217451.html)

O movimento # MeToo

- (A) desenvolveu-se nos Estados Unidos com o apoio de artistas e intelectuais com o objetivo de descriminalizar alguns tipos de drogas utilizadas com fins medicinais, como a maconha.
- (B) foi criado nos antigos países socialistas europeus para denunciar crimes e perseguições étnicas e religiosas promovidas pelo exército soviético, depois russo, contra minorias pobres.
- (C) nasceu na Europa ocidental e foi criado para denunciar os grupos de extrema direita que influenciaram governos a assumir políticas de restrição à entrada de imigrantes e refugiados.
- (D) surgiu nos Estados Unidos e teve como um dos objetivos iniciais incentivar as mulheres a mostrarem solidariedade umas com as outras, especialmente quando se tratava de casos de assédio sexual.
- (E) teve origem simultaneamente nos Estados Unidos e países ricos da Europa para desenvolver políticas de inclusão social destinadas às mulheres chefes de família em países pobres.



13. A partir dos anos de 2015 e 2016, as agências Standard & Poor's, Fitch e Moody's passaram a ser citadas inúmeras vezes pela mídia brasileira, geralmente acompanhada de preocupações do governo federal e da sociedade como um todo.

Em 2018, as agências continuam atuando no Brasil e mantendo as preocupações devido

- (A) à retirada do Brasil da lista dos países que são bons pagadores de dívidas e atrativos para investidores.
- (B) aos frequentes surtos de doenças transmissíveis decorrentes do déficit no saneamento básico nas áreas urbanas.
- (C) à dependência da economia brasileira das exportações de *commodities* com baixo valor agregado.
- (D) ao aumento das áreas de desmatamento na Amazônia, promovido pela ausência de políticas ambientais eficazes.
- (E) ao crescimento dos níveis de poluição atmosférica em desrespeito aos compromissos climáticos assinados pelo governo.

14. No âmbito das relações internacionais, o Acordo de Paris é

- (A) uma Convenção Internacional de proteção aos direitos das minorias étnicas e sexuais, visando à igualdade de direitos de todos os povos independentemente de cor, origem, religião ou condição econômica.
- (B) um Tratado Internacional que mantém a integridade da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pelo qual os países europeus e os Estados Unidos comprometem-se a proteger os países membros de agressões externas.
- (C) um Tratado Internacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), que rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020.
- (D) um Pacto de Proteção Mútua dos povos ocidentais em ratificação aos direitos humanos e em defesa da democracia pluralista.
- (E) um Tratado Internacional celebrado em 2017 para proteção do equilíbrio ecológico do planeta, tendo em vista o avanço do efeito estufa e a extinção de espécimes da fauna e da flora.

15. Tendo em vista as normas do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- (A) O fornecedor do produto só será responsabilizado pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos se estes não tiverem patrimônio próprio para arcar com os danos que tenham causado.
- (B) A garantia contratual do produto é facultativa e pode ser conferida aumentando ou diminuindo o prazo da garantia legal, mediante termo escrito em língua portuguesa ou em espanhol se o produto for importado de país pertencente ao MERCOSUL.
- (C) As cláusulas do contrato podem transferir a responsabilidade pela qualidade do produto a terceiros, desde que tenham endereço conhecido e se encontrem no exercício regular de suas atividades.
- (D) O consumidor pode desistir do produto em trinta dias a contar de seu recebimento, sempre que sua aquisição tenha ocorrido virtualmente ou por telefone.
- (E) Os produtos colocados no mercado de consumo não deverão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os que forem considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

16. Em relação às empresas públicas e às sociedades de economia mista, considere:

- I. A empresa pública poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- II. A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.
- III. A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam, entre outros aspectos, auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário.
- IV. A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista é livre, devendo apenas ser dada ciência à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.



17. Quanto à proteção ao consumidor nas práticas comerciais, é correto afirmar:
- (A) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto; cessadas a fabricação ou a importação, cessará de imediato também a oferta de componentes e peças.
 - (B) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.
 - (C) A publicidade deve ser veiculada com linguagem clara e objetiva, podendo, porém, ser redigida e entendida como notícia jornalística.
 - (D) É enganosa dentre outras, a publicidade que incite à violência, que seja discriminatória ou que explore o medo ou a superstição.
 - (E) O ônus da prova da veracidade e da correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem questioná-la, por ser fato constitutivo de seu direito.

18. Considere as seguintes assertivas:

- I. Dependem de autorização do Banco Central do Brasil a constituição e o financiamento de agências de fomento sob controle acionário de Unidade da Federação cujo objeto social é financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.
- II. As agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, consoante a lei respectiva.
- III. As agências de fomento podem ser transformadas em qualquer outro tipo de instituição, desde que autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- IV. O Banco Central do Brasil autorizará a constituição de uma única agência de fomento por Unidade da Federação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

19. As agências de fomento

- (A) não podem, em nenhuma hipótese, prestar serviços de administrador de fundos de desenvolvimento.
- (B) não podem prestar serviços de consultoria e de agente financeiro.
- (C) podem ter participação societária, direta ou indireta, no país e no exterior, em outras instituições financeiras e em outras empresas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, pela Unidade da Federação que detenha seu controle.
- (D) devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 30% do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.
- (E) somente podem praticar operações com recursos próprios ou de repasses originários de fundos constitucionais; orçamentos federal, estaduais e municipais; e organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento.

20. Quanto à aplicação e ao procedimento criminal da lei que estabelece os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, é correto afirmar:

- (A) Quando a denúncia não for intentada no prazo legal, o prejudicado poderá representar perante o Corregedor Geral da Justiça Federal para que determine ao órgão ministerial as providências cabíveis.
- (B) A ação penal, nesses crimes, será promovida pelo Ministério Público Federal ou Estadual, perante a Justiça Federal ou Estadual, de acordo com o tipo penal no caso concreto.
- (C) Quando tais crimes forem cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou participe que, através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- (D) Nos crimes apenados com reclusão, contra o Sistema Financeiro Nacional, o réu poderá prestar fiança e apelar em liberdade, desde que primário e de bons antecedentes, estando ou não configurada situação justificadora de prisão preventiva.
- (E) O órgão do Ministério Público poderá requerer ao juiz da causa que requirite quaisquer informações, documentos ou diligências para subsidiar as provas dos crimes investigados, sendo defeso fazê-lo diretamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções Básicas de Administração**

21. Suponha que a Agência de Fomento do Amapá, objetivando aprimorar a gestão de projetos sob sua responsabilidade, tenha adotado a metodologia de gerenciamento de projetos conhecida como *Critical Path Method* – CPM (método do caminho crítico), o que nos permite concluir que
- (A) serão identificadas as atividades da sequência lógico-evolutiva de cada projeto que não podem sofrer atrasos, integrantes do denominado caminho crítico, sob pena de comprometer o prazo de conclusão do projeto.
 - (B) haverá uma análise probabilística para a conclusão do projeto, sopesando as diferentes variáveis do cenário interno e externo que impactam o cronograma de execução, gerando um resultado estatístico.
 - (C) todas as ações relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução do projeto devem ser monitoradas, pois, se qualquer delas sofrer atraso, o projeto não será concluído no prazo estabelecido.
 - (D) o cronograma não será o foco de atenção na execução do projeto, mas, sim, a qualidade do produto ou serviço final dele resultante.
 - (E) o foco do monitoramento de cada projeto será o gerenciamento de riscos, com a adoção de uma matriz de probabilidades denominada caminho crítico.
-
22. Uma das metodologias consagradas para gestão de recursos humanos nas organizações é a gestão por competências, a qual apresenta, como etapa necessária, o mapeamento de competências,
- (A) que constitui pressuposto para a delimitação das funções inerentes a cada cargo da organização e o seu enquadramento no organograma correspondente.
 - (B) que permite identificar o gap (ou lacuna) entre as competências existentes na organização e aquelas necessárias para o exercício dos postos de trabalho correspondentes.
 - (C) a partir da prospecção de profissionais de alta performance no mercado de trabalho, geralmente com o apoio de consultorias especializadas.
 - (D) identificando as principais habilidades comportamentais de cada integrante da organização de forma a promover a melhor alocação de recursos humanos.
 - (E) aplicável exclusivamente às funções gerenciais e de comando, com vistas a identificar os líderes mais eficazes para a organização.
-
23. Considere que um gestor público, ao assumir a coordenação de determinada equipe de trabalho, tenha se defrontado com problema que, de acordo com o que apontou a equipe, representa uma situação recorrente na organização, podendo ser solucionado a partir da adoção de condutas constantes de um protocolo de atuação já estabelecido. A decisão do gestor pautada pela aplicação de tal protocolo pode ser considerada, de acordo com classificação doutrinária corrente, como uma decisão do tipo
- (A) Diferida.
 - (B) Intuitiva.
 - (C) Processual.
 - (D) Fracionada.
 - (E) Programada.

Gestão Empresarial

24. No que concerne ao comportamento humano no trabalho, a motivação é, sem dúvida, um dos principais aspectos que têm merecido estudos, com a apresentação de diferentes teorias. Uma das clássicas abordagens sobre o fenômeno da motivação foi proposta por Abraham Maslow, denominada Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, segundo a qual
- (A) o papel do líder ou gestor é identificar em cada grupo de funcionários as principais necessidades a serem supridas, buscando, assim, um perfeito alinhamento entre os objetivos perseguidos pela organização e as recompensas, financeiras ou não, oferecidas aos funcionários.
 - (B) o comportamento humano não comporta generalizações, de forma que cada ser humano possui a própria escala de valores e, assim, a hierarquia das necessidades a serem satisfeitas para fomentar a motivação é variável para cada indivíduo.
 - (C) existe uma clara prevalência das necessidades psicológicas, intrínsecas a cada indivíduo, como as de estima e pertencimento ao grupo, em relação a necessidades de subsistência, representadas por recompensas estritamente financeiras.
 - (D) existe uma escala de valores a serem transpostos e o indivíduo só irá se sentir estimulado a buscar a satisfação de uma necessidade mais elevada, como a de autorrealização, se uma anterior, mais básica, como segurança, já estiver satisfeita.
 - (E) o custo de manutenção de uma equipe não satisfeita e desmotivada é, em regra, muito mais elevado do que aquele decorrente do ajuste de salários e benefícios, havendo uma equação matemática que indica o grau máximo da relação direta dessas variáveis.



25. Suponha que, atuando como Analista junto à Agência de Fomento do Amapá, tenha-lhe sido conferida a incumbência de avaliar a saúde financeira de determinada empresa com vistas ao enquadramento nos critérios estabelecidos para acesso a determinada linha de crédito em condições diferenciadas. Um dos principais requisitos fixados para o referido enquadramento é a existência de um fluxo de caixa futuro compatível com a cobertura das parcelas do financiamento. Em tal análise, a avaliação do indicador conhecido como *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) ou Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)
- (A) revela o grau de risco e exposição da empresa a passivos contingentes não cobertos por provisões e, portanto, é um indicador apenas indireto para avaliar a capacidade de pagamento da empresa.
 - (B) é irrelevante, pois está ligada apenas à situação patrimonial da empresa, identificada a partir dos efeitos de seus ativos imobilizados no patrimônio líquido indicado em seu balanço.
 - (C) não é determinante para identificar a saúde financeira da empresa, eis que direcionada exclusivamente para a verificação da capacidade de pagamento de tributos e outras obrigações legais.
 - (D) afigura-se relevante, pois revela a capacidade de geração de caixa da empresa a partir de suas atividades operacionais, expurgando determinados efeitos financeiros que impactam o resultado contábil apurado nas demonstrações financeiras.
 - (E) corresponde à denominada liquidez seca que, em contraposição à liquidez corrente, considera apenas os compromimentos financeiros de curto prazo (passivo circulante) e não os de longo prazo (passivo não circulante), sendo relevante apenas se a linha de crédito for voltada a capital de giro.
-
26. Suponha que os dirigentes da Agência de Fomento do Amapá – AFAP objetivem a implementação de planejamento estratégico para a atuação de longo prazo da entidade. A primeira abordagem adotada para a construção desse planejamento foi a definição da missão e da visão da AFAP, o que
- (A) denota um equívoco conceitual na construção do planejamento estratégico, eis que ambas as definições só podem ser obtidas após o atingimento das metas estabelecidas.
 - (B) corresponde à identificação da razão de ser da entidade e da forma como pretende ser reconhecida no futuro, ambas premissas relevantes para a construção do planejamento estratégico.
 - (C) significa priorizar a análise externa de cenários prospectivos, em detrimento da análise interna da entidade, sendo, porém, uma opção válida a depender dos objetivos almejados.
 - (D) identifica as forças e fraquezas da entidade, a partir de uma perspectiva exclusivamente interna, buscando neutralizar variáveis exógenas.
 - (E) corresponde, respectivamente, à definição das metas de longo prazo a serem perseguidas e, de outro lado, aos indicadores que medem seu efetivo atingimento.

Gestão Financeira

27. Ao se analisar a estrutura e o orçamento de capital de uma empresa,
- (A) a taxa mínima de atratividade é utilizada para apurar o custo do capital de terceiros.
 - (B) é desconsiderado o benefício tributário sobre os juros pagos ao capital de terceiros.
 - (C) capitais próprios e de terceiros necessariamente apresentam o mesmo custo.
 - (D) apura-se a agregação de valor pelo uso de capital de terceiros, que ocorre quando o retorno resultante desse capital é superado pelo seu custo.
 - (E) considera-se o retorno exigido pelo acionista.
-
28. Ao analisar projetos de investimento, deve-se considerar que
- (A) o tempo de retorno do investimento (*payback*) utiliza o fluxo de caixa.
 - (B) a taxa interna de retorno é a taxa que faz com que o valor presente líquido seja positivo e máximo.
 - (C) o tempo de retorno do investimento (*payback*) leva em conta o valor residual do capital de giro existente ao final da vida útil do projeto.
 - (D) a taxa interna de retorno é a taxa relevante, pois caracteriza a taxa exigida pelo investidor para o investimento.
 - (E) o valor presente líquido não leva em conta o custo requerido do capital investido.



29. A taxa anual equivalente a 3,5% ao mês, a juros compostos, e a taxa mensal equivalente a 54% ao ano, a juros simples, são, respectivamente,
- (A) 42,00% e 3,44%.
 - (B) 49,51% e 4,12%.
 - (C) 42,00% e 3,88%.
 - (D) 48,17% e 3,44%.
 - (E) 51,11% e 4,50%.

Direito Administrativo

30. A atuação da Administração pública direta e indireta está sujeita a diversas formas e dimensões de controle, exercidas por distintos atores, tanto do âmbito público, quanto da iniciativa privada, sendo comum a todas as atuações
- (A) a finalidade de proteção do patrimônio público, o que confere aos órgãos externos, tais como Tribunal de Contas, Poder Judiciário e Ministério Público, a possibilidade de anulação e revogação de atos administrativos que representem prejuízo ao erário.
 - (B) o controle formal, que diz respeito à observância de requisitos e procedimentos legalmente previstos, tanto no que diz respeito a atos discricionários, quanto vinculados.
 - (C) a possibilidade de exercerem controle material sobre os atos praticados pela Administração pública, o que envolve análise de conveniência, oportunidade, bem como de eficiência dos resultados.
 - (D) o exercício de controle a posteriori dos atos praticados pelos agentes públicos, sendo permitido apenas ao Poder Judiciário a verificação de legalidade no exercício do controle prévio à prática de atos e contratos administrativos.
 - (E) o controle à semelhança do poder de tutela exercido pela Administração Central em relação aos entes que integram a Administração pública indireta, cingindo-se a aspectos finalísticos e de resultado, para garantir o atendimento do interesse público.
-
31. A celebração de contrato administrativo entre empresa particular e a Administração pública permite a incidência do poder
- (A) de polícia em relação aos atos praticados pela contratada para a execução do objeto contratual, incluindo a aplicação de penalidades.
 - (B) normativo, diante da necessidade de aditamento do contrato para estabelecimento de alterações de ordem qualitativa.
 - (C) disciplinar em relação à contratada, tendo em vista que essa atuação abrange relações jurídicas que excedem o vínculo funcional, tal como vínculo contratual.
 - (D) hierárquico, tendo em vista que esta prerrogativa confere posição de supremacia do poder público contratante em relação à contratada, admitindo inclusive alterações unilaterais do contrato.
 - (E) regulatório, tendo em vista que o vínculo contratual entre a Administração pública e o particular admite alterações unilaterais por parte do contratante sempre que o interesse público assim recomendar, independentemente de concordância do contratado.
-
32. A prestação de serviços públicos pela iniciativa privada é medida
- (A) obrigatória nos casos de serviços públicos que permitam o regime de lucratividade, para garantir competição e vantajosidade para o usuário.
 - (B) passível de ser implementada mediante descentralização da Administração, outorgando-se a titularidade e a execução sob regime de parceria público-privada.
 - (C) que não altera a titularidade do serviço, mas permite a exploração da execução, inclusive de forma lucrativa em determinados setores, devendo ser preservada a competitividade no certame de seleção e a modicidade tarifária, em benefício dos administrados.
 - (D) adotada pelo poder público quando celebra contrato de concessão comum ou de concessão patrocinada, ainda que esses modelos possam contar com aporte do poder concedente para execução das obras.
 - (E) que pode ser viabilizada em contraponto à prestação direta, excluídos os serviços públicos de caráter essencial, que são obrigatoriamente responsabilidade do titular do serviço público em questão.



33. Durante a execução de um contrato administrativo celebrado entre determinado órgão da Administração pública e uma empresa prestadora de serviços, foi apurada insuficiência do atendimento do objeto contratado, pois a contratada não estava dando atendimento a todas as unidades abrangidas pelo contrato. Diante de tal cenário, com base no disposto na Lei nº 8.666/1993, a Administração pública
- (A) deve primeiramente impor multa contratual à empresa, para, na recorrência da infração contratual, notificá-la sobre a rescisão do contrato.
 - (B) deve acionar a garantia obrigatoriamente concedida pela empresa em favor do contratante, para que o valor se consubstancie em forma de remuneração da próxima empresa contratada, o que se dará mediante sucessão administrativa, escolhida em procedimento informal de seleção.
 - (C) deve encampar o serviço outrora contratado, para garantir a continuidade e a não interrupção, sem prejuízo da imposição de multa à contratada, que também não faz jus ao recebimento de nenhuma remuneração.
 - (D) deve rescindir o contrato unilateralmente, demonstrada a ocorrência de situação que autorize tal medida, providenciando o pagamento da contratada pelos serviços já executados, sem prejuízo da possibilidade de imposição de sanções à mesma.
 - (E) pode optar entre a rescisão unilateral do contrato ou a imposição de sanções legais ou contratuais à contratada, caso em que será necessário aguardar nova hipótese para extinção do contrato.
-
34. A aquisição de bens, pela Administração pública, que demande periódica reposição, para garantir o adequado estoque e sua qualidade
- (A) exige o emprego obrigatório da modalidade licitatória pregão, pois esta permite a disputa entre os concorrentes e sempre a menor periodicidade de realização.
 - (B) permite a licitação em quantidade maior que a necessária, a título de reserva, contemplando a possibilidade de perda parcial, mas garantindo o pleno suprimento das necessidades de interesse público.
 - (C) pode se dar mediante a realização de procedimento de pregão, tanto quanto para os bens inservíveis que demandem alienação.
 - (D) pode ser feita sob o sistema de registro de preços, que pode ser contratado mediante realização de pregão, permitindo que o contrato seja efetivamente firmado quando os bens se mostrarem necessários.
 - (E) deve ser feita pelo sistema de registro de preços, fazendo constar do contrato com o vencedor a periodicidade da entrega dos bens objeto de aquisição, desde que não sejam de natureza comum, hipótese que obriga a realização de leilão.
-
35. A formalização de termo de colaboração entre a Administração pública e uma organização da sociedade civil, para que esta prossiga com o desenvolvimento de trabalho social de acolhimento de desabrigados, bem como de recolocação dessas pessoas no mercado de trabalho, mediante prévia capacitação e treinamento,
- (A) deve, em regra, ser precedida de chamamento público, além do preenchimento de requisitos formais pela organização da sociedade civil, em observância à transparência.
 - (B) demanda todas as providências, requisitos e procedimento previstos na Lei nº 8.666/1993.
 - (C) demanda sempre prévio procedimento de seleção, observada a isonomia e legalidade, na forma prevista na Lei nº 13.019/2017.
 - (D) exige a elaboração e apresentação de plano de trabalho pela organização da sociedade civil, esta que ficará integralmente responsável pela execução do mesmo, vedada ingerência ou participação do poder público.
 - (E) pode ser feita diretamente pelo Chefe do Executivo, desde que não surja interferência com as autoridades formalmente competentes, sob pena de ser necessária prévia autorização legislativa.
-
36. A prática de ato de improbidade por servidor público, comprovadamente auxiliado por particular de seu círculo de amizades,
- (A) exige comprovação de dolo por parte dos dois partícipes para qualquer das modalidades, sob pena de haver desqualificação para responsabilidade extracontratual e disciplinar.
 - (B) enseja responsabilidade do agente público pelo ressarcimento do dano em caráter preferencial, ficando o particular passível de ter seu patrimônio obstado apenas na insuficiência do devedor principal.
 - (C) fica limitada à sanção equivalente a perda de bens materiais diante da inexistência de dolo por qualquer das partes.
 - (D) responsabiliza apenas o servidor público nos casos de prejuízo doloso ao erário, podendo ser estendida aos particulares no caso de conduta culposa na modalidade que gera enriquecimento ilícito.
 - (E) não exige comprovação de conduta dolosa para todas as modalidades de ato de improbidade e permite a extensão das disposições legais àqueles que não se enquadrem no conceito de agente público, mas de alguma forma se beneficiem da conduta.



37. De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 66/1993, bem como considerando as normas constitucionais aplicáveis aos servidores públicos,
- (A) a nomeação de agentes públicos para o exercício em cargo efetivo, emprego público ou função depende de prévia realização de concurso público de provas, ainda que admitida variação no nível de complexidade do certame.
 - (B) a promoção de servidor público titular de cargo efetivo exige prévia realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, considerando que aquele passará a ocupar novo cargo público, ainda que dentro da mesma carreira.
 - (C) a alteração das condições pessoais de servidor titular de cargo efetivo, em razão, por exemplo, de acometimento de doença, permite a aplicação do instituto da readaptação para investidura em cargo compatível com as aptidões atuais do mesmo.
 - (D) a demissão de servidor público ocupante de cargo ou emprego público estável depende da instauração de processo administrativo disciplinar, com observância do contraditório e ampla defesa, ainda que não seja indispensável a presença de advogado para defesa técnica.
 - (E) o estágio probatório é de dois anos, e o prazo de validade para os concursos públicos é de três anos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

Direito Empresarial

38. No tocante à personalidade jurídica das sociedades,
- (A) aplica-se a elas a proteção dos direitos da personalidade, possuindo honra objetiva – mas não subjetiva – e direito à reparação de danos materiais e morais.
 - (B) aplica-se a elas parcialmente a proteção dos direitos da personalidade, possuindo honra objetiva mas não tendo direito à reparação dos danos morais, embora possa indenizar-se dos prejuízos materiais.
 - (C) não se aplica a elas a proteção dos direitos da personalidade, porque são uma ficção jurídica e não possuem honra de nenhuma espécie, podendo pleitear apenas a reparação de danos materiais.
 - (D) aplica-se a elas integralmente a proteção dos direitos da personalidade, possuindo honra subjetiva e objetiva e podendo pleitear a reparação dos danos materiais e morais.
 - (E) não se aplica a elas a proteção dos direitos da personalidade, que é exclusiva às pessoas físicas, mas podem ajuizar demandas reparatórias materiais e morais.
-
39. Em relação aos contratos bancários, é correto afirmar:
- (A) No contrato de desconto bancário, o descontante não se obriga pela solvabilidade dos títulos cedidos.
 - (B) No desconto bancário, o cliente transfere ao banco um título, de sua emissão ou de terceiro, ainda não exigível, recebendo determinada quantia que corresponde à antecipação de seu crédito, deduzidos juros e comissões remuneratórios da operação.
 - (C) No contrato de depósito bancário em conta corrente, o depositante transfere a titularidade da importância depositada e assume a qualidade de credor da instituição financeira, tornando-se seu mutuante.
 - (D) Quanto à movimentação, os depósitos bancários serão sempre à vista, permitindo-se a livre movimentação pelo depositante, isto é, seu saque parcial ou total a qualquer tempo.
 - (E) Os contratos de abertura de crédito podem ser instrumentalizados em Cédulas de Crédito Bancário, títulos despidos de executividade mas de liquidez que prescindem de seu vencimento, configurando promessa de pagamento de soma de dinheiro.
-
40. Em relação à responsabilidade dos sócios e dos administradores na falência da sociedade, é certo que
- (A) as sociedades falidas serão representadas na falência por seus administradores ou liquidantes, os quais terão os mesmos direitos, mas não estão sujeitos às mesmas obrigações que cabem ao falido, por serem personalíssimas.
 - (B) a responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida será apurada nos próprios autos da falência, após realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo.
 - (C) a decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
 - (D) a ação de responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida prescreverá em cinco anos, contados da data do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência.
 - (E) o juiz poderá, na ação de responsabilidade pessoal dos sócios, administradores e controladores da sociedade falida, ordenar a indisponibilidade e sequestro de seus bens particulares, desde que e somente se formulado requerimento expresso por parte dos credores.



Política Econômica e Finanças Públicas

41. Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política
- (A) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
 - (B) fiscal, que aumente o gasto do governo.
 - (C) monetária, que aumente a taxa de redesconto.
 - (D) fiscal, que reduza os impostos.
 - (E) creditícia, que facilite os empréstimos.
-
42. As receitas públicas são classificadas em
- (A) categorias econômicas, como “corrente” ou “de capital”.
 - (B) espécies, como “corrente” ou “de capital”.
 - (C) origens, como “orçamentária” e “extraorçamentária”.
 - (D) alíneas, como “derivada” e “originária”.
 - (E) gêneros, como “tributário” e “não tributário”.
-
43. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor ou conter
- (A) diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (B) normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
 - (C) critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório.
 - (D) reserva de contingência, medidas de compensação a renúncias de receita e créditos cuja finalidade seja imprecisa.
 - (E) formas de limitação de empenho, meta anual de resultado primário e avaliação da situação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.
-
44. *Uma das questões habitualmente referidas no contexto das finanças públicas é a chamada Lei de Wagner. Formulada de forma simples [significa que] a procura por bens e serviços fornecidos pelo Estado é elástica em relação ao rendimento. Isso implicaria que a despesa pública poderia ser tratada como um resultado, ou um fator endógeno, e não, por exemplo, uma causa do crescimento do rendimento nacional.*
- (Adaptado de: PEREIRA, Paulo Trigo; AFONSO, António; ARCANJO, Manuela; SANTOS, José Carlos Gomes. **Economia e Finanças Públicas**. 5.ed. revisada e atualizada. Lisboa: Escolar, 2016. p. 175/176)
- Dito de outra forma, os autores expressam que
- (A) o endividamento público é indutor do crescimento.
 - (B) as famílias deveriam buscar menos serviços públicos.
 - (C) países desenvolvidos tem menor procura por bens e serviços públicos.
 - (D) o gasto público cresce com o rendimento das famílias.
 - (E) a despesa pública é um fator exógeno à análise.
-
45. As emendas à Lei Orçamentária feitas após a sua aprovação e dotadas de efeitos financeiros constituem créditos, que são classificados em
- (A) suplementares, extraordinários e especiais, estes últimos destinados a despesas de guerra, por exemplo.
 - (B) especiais, extraordinários e suplementares, estes últimos podendo ter sua abertura autorizada na própria Lei Orçamentária.
 - (C) de transposição, de remanejamento e de transferência, estes últimos encaminhados de natureza imprevisível, abertos por medida provisória.
 - (D) especiais, extraordinários e adicionais, estes últimos destinados a despesas de guerra, por exemplo.
 - (E) de transposição, de remanejamento e de transferência, estes últimos podendo ter sua abertura autorizada na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Economia do Setor Público**

46. Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do “carona”. Ele
- (A) estimula a produção de bens públicos.
 - (B) existe quando os bens são exclusivos.
 - (C) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
 - (D) não é passível de solução.
 - (E) é uma característica inerente aos bens privados.
-
47. Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada
- (A) pelo provimento de bens meritórios.
 - (B) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.
 - (C) pela condução da política monetária.
 - (D) pela produção de bens públicos.
 - (E) pela fixação de impostos progressivos.
-
48. A análise das necessidades de financiamento do setor público pode deixar de considerar a informação do cálculo do resultado operacional se
- (A) o efeito inflacionário for considerado irrelevante.
 - (B) os juros no país se situarem no nível daqueles praticados nos países industrializados.
 - (C) o sistema financeiro não tiver condição de absorver a dívida pública.
 - (D) o resultado primário for maior que o resultado nominal.
 - (E) a taxa de juros implícita corresponder à taxa média de juros nominal incidente sobre a Dívida Líquida do Setor Público.
-
49. Considere os seguintes resultados apurados para as necessidades de financiamento do setor público para o Brasil em 2017, conforme números apresentados pelo Banco Central (R\$ milhões).

	Resultado Nominal	Juros Nominais
Governo Central	459.349,5	340.907,3
Governos regionais	46.814,7	54.312,3
Empresas estatais	5.244,2	5.606,2

PIB no ano: 6.559.940

Sobre eles, é correto afirmar:

- (A) O resultado primário do setor público no ano foi de R\$ 912.234,1 milhões.
 - (B) O resultado nominal dos governos regionais representou 1,5% do PIB.
 - (C) As empresas estatais contribuíram com superávit nominal.
 - (D) Os governos regionais contribuíram com superávit primário.
 - (E) O déficit primário do setor público representou 13,9% do PIB.
-
50. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece comando alinhado com o art. 167, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no sentido de que, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o montante previsto para as receitas de operações de crédito
- (A) seja, no mínimo, equivalente às despesas de capital necessárias para a implementação dos projetos de investimento previstos no Plano Plurianual.
 - (B) não poderá ser superior ao montante das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
 - (C) seja suficiente para o pagamento do serviço da dívida pública.
 - (D) deve ser superior aos restos a pagar existentes no ano considerado.
 - (E) não exceda as despesas obrigatórias de caráter continuado.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital nº 01/2018, Capítulo 9, itens 9.4 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir da proposta única, sobre assunto de interesse geral; 9.5.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.5.1 - Conteúdo, 9.5.2 - Estrutura e 9.5.3 - Expressão; c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critério pela Banca Examinadora. 9.5.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.5.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.5.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Para Kirzner, o empreendedor é aquele que se encontra sempre em estado de alerta, disposto a descobrir e explorar novas oportunidades. Para McClelland, são os valores, as motivações humanas e a necessidade de autorrealização que movem indivíduos na busca de atividades empreendedoras: "um desejo de realizar as coisas da melhor maneira, não exatamente pelo reconhecimento social ou prestígio, mas, sim, pelo sentimento íntimo de necessidade de realização pessoal". Também há quem pense que o empreendedorismo nasce da necessidade do indivíduo frente às condições sociais em que se encontra.

(Adaptado de: Gláucia Maria Vasconcellos Vale, Victor Silva Corrêa e Renato Francisco dos Reis. Disponível em: <http://www.scielo.br>)

A partir das ideias expostas acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Empreendedorismo e autorrealização

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30